

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

MANIFESTAÇÕES ESCRAVAS

Rosilene Costa Cardoso*

Introdução

A escravidão é um dos temas mais estudados pela historiografia que trata do período colonial. Foram várias as abordagens que buscaram entender esta instituição, uma das mais duradouras da história do Brasil. Diante da diversidade de estudos sobre a escravidão, a historiografia demonstrou que, em algumas instâncias, existem muitas particularidades, as quais merecem ser destacadas e valorizadas.

Assim, o presente trabalho centrou-se numa exposição e discussão historiográfica sobre as abordagens acerca da figura do escravo. Este enquanto ator social que agia e se manifestava dentro dos espaços conquistados ou concedidos na ordem escravista. Tomando como fonte a bibliografia que trata da questão, no contexto de resistência, tanto com abordagens mais generalizantes quanto mais focalizados em determinadas regiões. O que se propôs foi estudar as formas pelas quais o cativo se manifestava, perceber como a historiografia tratou e trata o tema da resistência escrava, entender os debates nos quais as posições são divergentes, ou mesmo aqueles no quais elas se coadunam.

Propondo dissertar sobre as ações dos escravos, mas tentando problematizar a resistência escrava, seu conceito em que consiste. De maneira que as ações dos escravos se opunham às imposições do senhor. As manifestações podiam ser violentas, ou pacíficas de acordo com o contexto em ocorriam, podiam apenas trazer algumas conquistas ou minar a autoridade do senhor.

Contextualização das ações dos escravos

Diante da complexidade das abordagens historiográficas a respeito da escravidão no Brasil e, mais precisamente, sobre as formas de manifestação dos escravos, torna-se

* Graduada em História, UFJF. E-mail: rosilenehistoria@hotmail.com

significante tentar entender como se caracteriza cada ação do escravo. Ações que foram vistas de formas diferentes, mas que existiram e, através das quais, pôde inovar a história brasileira, não colocando o escravo na base da pirâmide social, e sim indagando como este se comportava nessa estrutura social.

Essa estrutura social não era a mesma em todo o território brasileiro, apesar de ter um padrão, ela podia sofrer alterações de acordo com a demografia. Consoante com isto, a escravidão também assumia características diferentes, dependendo da região, do período e mais ainda do proprietário. Basta que se compare o nordeste e o sudeste, para se ter uma idéia das diferenças que permeavam as regiões e os plantéis. Neste contexto, não pode fazer generalizações no que diz respeito aos temas da escravidão, pois se pode criar uma modelo de senhor ou um modelo de escravo.

As circunstancias em que o trafico negreiro ocorreu, foram determinantes para que se formasse um regime demográfico insalubre, um numero de homens muito maior que o de mulheres, índice de mortalidade elevado e baixo índice de fertilidade, além, é claro, de um alto percentual de africanos. Na Bahia, os escravos sofriam com estes índices, o que muitas vezes dificultava ou restringia suas opções em relação à formação de famílias ou outros tipos de estratégia. De modo que a expectativa de vida em fins do século XVIII era de mais ou menos 23 anos. Este desequilíbrio era mantido pela facilidade de reposição da mão-de-obra que o trafico proporcionava¹.

As características da população escrava mudavam de acordo com o tipo de produção e região em que se empregava. No Paraná elas diferiam em muito do nordeste, com em Curitiba por volta de 1850, a demanda de trabalho doméstico aumentou, em consequência disso a proporção de mulheres também cresce, colocando um nível quase igual à população masculina, apresentando ainda um significativo índice de crianças. Além disso, na década de 1830, quase 85 por cento dos escravos do Paraná eram crioulos, e não de africanos, muito diferente dos índices relativos à Bahia. No entanto deve-se levar em conta que os escravos eram empregados, sem sua maioria, em pequenas propriedades, o que não quer dizer que não existiam latifúndios. Dessa forma, de acordo como os dados citados, é possível dizer que não havia uma total dependência do trafico para reprodução da mão-de-obra em Curitiba².

Em Minas gerais o cenário era outro. Durante o século XVIII, o povoamento revestiu-se de peculiaridades, fruto das características inerentes à atividade mineradora. Apesar de não ser uma sociedade urbana, a mineração já possuía essa característica, influenciando a vida das

¹ Schwartz, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.p.92.

² Ibid.p. 274-275.

peessoas, colocando-as como itinerantes e aventureiras. Já no século XIX, já não se habilita a tratar Minas como um bloco homogêneo, pois a atividade mineradora vê-se em declínio, e aparecem novos empreendimentos. Muitas cidades se dedicaram à produção para o mercado interno como é o caso de Mariana, assim como os outros centros urbanos característicos da região mineradora, continuou a ter papel importante na economia mineira ³. Essas premissas econômicas determinavam o tipo de população escrava de Minas, de modo que esta tinha características diversas, dependendo do período.

São estas circunstâncias que determinam o espaço em vive o escravo, como eles podem tecer estratégias de sobrevivência e como resistir à escravidão. Neste sentido, detectar as ações dos escravos em contextos diferentes, é também discutir em que consistiam suas ações, essas podiam ser um meio de resistir ou apenas um forma de sobreviver dentro da ordem escravista.

Uma ordem que, apesar de se constituir dentro de uma estrutura de antigo regime, a propriedade privada no que concerne ao escravo, um traço burguês, é que dava ao senhor o direito de comprar e vender o cativo. A propriedade do senhor em relação ao escravo, era a mesma com relação à compra de uma casa, de um cavalo ou de um relógio. “Sob o ponto de vista das relações sociais no sistema escravista, o escravo era transformado em objeto de trabalho, um ser inferior ao seu dono é uma “coisa” privada de personalidade jurídica e não pode dispor de si mesmo” (MATTOSO,1982.p.101).

A historiografia clássica procurou valorizar a violência existente nos plantéis brasileiros, sem levar em conta as ações dos escravos. De tal forma, esta historiografia, acabou por compartilhar do ponto de vista que se tinha na época da escravidão, da ordem escravista. Focando-se na violência e no sistema social e econômico, colocou-se o escravo como “coisa”. Muitas foram as críticas dirigidas aos clássicos, mais precisamente à escola paulista. Gorender, que foi um dos historiadores que fez bastante críticas à abordagem *coisificante* do escravo, ressaltou que tais historiadores estariam colocando o cativo como desprovido de subjetividade, colocando-os como *não-homens* ⁴.

Kátia Mattoso ressalta que um comprador deseja de seu escravo humildade, obediência e fidelidade, é nesse tripé que se encenava a vida dos escravos, mercadorias muito particulares, as quais os compradores queriam dóceis e maleáveis a fim de obter deles melhor utilização no trabalho. No entanto, os senhores acabavam por perceber que estes escravos

³ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **A população escrava em Minas Gerais**. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, jan./ jun. 1999.p. 64.

⁴GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.p19-20.

eram também homens, e que de suas ações dependia sua inserção social sua aceitação na sociedade ⁵.

É indispensável que se tenha uma idéia de quem é o escravo. Quando africano, é um capturado dos conflitos de sua terra, extraído de seu meio social, através da violência, brutal, foi rompido todo o seu relacionamento anterior, de clã e de comunidade. “Para ele é um estado, uma condição lhe roubou o seu ser, o que era na sua sociedade africana de origem e o transforma num cativo totalmente desarmado” (MATTOSO,1982.p.101). Para o crioulo, a escravidão faz parte de sua vida, pois nascem escravos, não são resultado de conflitos étnicos ou manobras econômicas e políticas. Estes, em sua maioria nasceram e morreram na escravidão, não conhecendo a liberdade em nenhum momento de suas vidas.

Silvia H. Lara ressalta que a ênfase na violência da escravidão, também era um mecanismo de coisificação do escravo, pois era através dela que se via o escravo despojado de suas qualidades humanas e vivendo em péssimas condições de vida e de trabalho. Nesta perspectiva, as ações dos escravos só tinham alguma relevância quando este praticava algum crime, fugia, se aquilombava, ou aprendia algum ofício importante para o senhor. Era nestas circunstâncias que se manifestava a contradição entre o escravo coisa e o ser humano. Em seu livro a autora tenta problematizar a violência inerente à escravidão, sem negar a sua existência, refletindo sobre como e quando aplicavam-se os castigos, tentando adentrar no cotidiano das relações entre senhores e escravos ⁶.

Se são coisas ou apenas a força produtiva para uma parcela da historiografia, para outra eram sujeitos, atores sociais que construíram suas histórias, através de estratégias e impondo resistência ao senhor e ao sistema escravista. Diante deste ponto de vista, torna-se necessário perceber como e quando o escravo se manifestava, para que se possa entender se estas ações eram no sentido de resistir. Resistência é uma palavra abrangente, cujo conceito depende do ponto de vista. No geral, quer dizer oposição, obstáculo e agüentar firme o que é imposto. No que concerne à escravidão, a historiografia usou o termo resistência para caracterizar as ações dos escravos que tiveram o objetivo de fazer face ao sistema escravista, o qual fazia do escravo uma mercadoria.

Resistir á escravidão, ao sistema ou à ordem escravista, podia implicar em luta e enfrentamento direto, como as rebeliões e revoltas que foram empreendidas pelos escravos rebeldes. No entanto, vários autores ressaltaram que resistir era também agüentar firme,

⁵MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.p.101-102.

⁶LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro- 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.19-21.

suportar e sobreviver à escravidão. Para isso, era necessário tecer estratégias, ou simplesmente adaptar-se da melhor maneira possível.

Autores como João José Reis e Eduardo Silva tentaram superar a visão do escravo como vítima, seja da maldade de certos senhores, seja de estruturas impessoais e determinantes. Neste sentido, nem a violência, nem tão pouco o paternalismo explicariam certos tipos de relações, forçadas pelos escravos. Aí se poderia ver que em muita ocasiões os escravos através de suas estratégias, traçaram caminhos de sobrevivência, juntamente com seus senhores, como um acordo ou negociação. Ainda assim, é impossível pensar que os senhores praticavam castigos e desatinos com seus escravos, sem levar em conta que este era também um investimento, de maneira que pesava nesta relação o interesse de preservar sua propriedade⁷.

Mesmo os autores da vertente paulista, que dedicaram muitas páginas à análise da violência, do sistema colonial em que o escravo é apenas a força produtiva, alguns destes também chegaram a ressaltar em seus estudos senhores mais benevolentes, com tratamento mais ameno, dispensado aos seus escravos. O comportamento do senhor variava de acordo com o de organização produtiva, com sua postura diante dos escravos, da organização familiar, que podia ser patriarcal ou não e até do próprio escravo⁸. O comportamento do cativo muitas vezes ditava a postura do senhor, pois desde que atendesse às expectativas do senhor, este o via como um bom escravo.

De certa maneira, a ordem escravista acabou por perceber a necessidade de se preservar a integridade do indivíduo, entre outras coisas, fez com que houvesse um redimensionamento no sistema escravista, ampliando as atitudes dos senhores em relação aos escravos. A relação entre estes ocorria dentro de chamada *economia de favores*, gerando certas aberturas para negociação, já que a instituição escravidão, se perpetuava dominantes e dominados⁹.

Estas aberturas se faziam indispensáveis, pois o negro, principalmente o africano, para sobreviver tem de se adaptar a um novo mundo, no qual ele é escravo e, de certa forma tentar reconstituir sua personalidade. Este ajustamento dependia das relações que estes estabeleciam dentro deste ambiente, a senzala. No entanto, deve-se levar em conta que o papel do senhor e da família a qual o escravo serve, sendo determinante para a formação das suas qualidades

⁷ GORENDER.op.cit.p.26-27.

⁸ LARA.op.cit.p.101.

⁹ LIMA, Fabrício Perotta Portilho. **Criminalidade escrava**: um estudo dos homicídios seguidos de fugas, Juiz de Fora (1865-1888). Monografia de bacharelado. Juiz de Fora, ICHL, Departamento de História, UFJF,2003.p.39.

individuais. É evidente que o senhor espera que seu escravo seja humilde, obediente e fiel, e assim se encenava a vida dos cativos, como suas posses muito particulares. Mas os senhores sempre percebiam que os escravos também eram homens, com os quais criavam tinham de lidar ¹⁰.

Dentro do espaço da senzala e do trabalho, as formas de se manifestar enquanto homens e mulheres eram variadas. Uma delas era formação de famílias, que ultrapassava os laços consangüíneos. As maneiras de se estabelecer estes podiam varias como foi descrito no capítulo anterior. No entanto, a família não foi algo se observou em todos os plantéis, em todas as regiões, tendo variações de acordo com o local e o período estudado. Schwartz concluiu que a maioria dos agricultores da Bahia não via motivo para incentivar a constituição de famílias legítimas ou não, a fim de promover a reprodução de sua mão-de-obra. Isso se devia ao fato de os escravos conseguirem produzir num período de 14 a 24 meses açúcar correspondente ao investimento em sua compra¹¹. Ou seja, era mais fácil e barato comprar escravos com a manutenção do tráfico do que ter de criar e sustentar uma criança escrava até que atingisse seus 14 anos para poder trabalhar.

O significado da família para o negro africano diverso daquele conhecido pelos crioulos. Pois o que define a família africana é o antepassado comum, sendo os membros de uma mesma etnia, considerados irmãos, fundamentando-se assim no conceito de linhagem. Podendo-se concluir então que o africano no Brasil se via arrancado de suas, perdendo seus pontos de referencia social e cultural¹². No Brasil o senhor não via interesse em promover casamentos, ainda levando em conta a demografia de algumas regiões onde a razão de masculinidade permitia que a maioria se casasse.

Segundo Kátia Mattoso este cenário teria mudado por volta de 1850, na ocasião da proibição do tráfico, quando houve um aumento do número de escravas e das uniões estáveis entre os cativos. Ressalta que no campo eram poucos os casamentos entre cativos, enquanto que no meio urbano era tão freqüente quanto na população livre. Para a autora, deve-se questionar até que ponto compor uma família era importante, pois o direito civil não dava qualquer privilégio aos casais confirmados pelo casamento religioso, pois o senhor podia continuar a separa os que a Igreja uniu, através da venda ou doação separando pais e filhos¹³.

Esta argumentação tem certo fundamento, uma vez que se faça uma contextualização e que se tenha o cuidado com generalizações. Uma vez que a historiografia fez propostas muito

¹⁰ LARA.op.cit.p.102-103.

¹¹ SCWARTZ.op.cit.p.93.

¹² MATTOSO.op.cit.p.125-126.

¹³ Id.ibid.p.126-127.

diversas, com argumentação empírica de que a família escrava constituía uma das principais estratégias de sobrevivência e autonomia dos escravos.

Manolo Florentino e José R. Góes em estudo sobre a família escrava conseguiram dados que indicam que após as partilhas de heranças, cerca de 75% das famílias de escravos permaneciam integralmente unidas, de maneira que a morte dos senhores não representava a quebra dos laços parentais. No entanto não se deve perder de vista os 25% daqueles que se viram fora do âmbito familiar, quando crianças se vêm separadas de seus pais. Neste contexto é preciso levar em consideração as maneiras em que ocorriam estas dilacerações familiares, podia ser através da venda, da partilha e também das manumissões¹⁴.

O se pode perceber é que a família escrava se abria no contexto da escravidão, assumindo um sentido político, uma vez que a família escrava se reproduzia através de laços parentais não somente consangüíneos. Sua função incluía aumentar o raio social das alianças políticas, de solidariedade e proteção contando com uma rede de pessoas de diferentes estratos sociais¹⁵. Neste sentido a família era uma estratégia não só de sobrevivência, como também traço da manifestação escrava no sentido de minar a escravidão fazendo parte da ordem que a sustentava. É esta característica que faz com que alguns autores dêem a ela o distintivo de resistência escrava.

Mas a família também podia representar um meio de colocar paz nas senzalas, pois muitos são os dados que destacam a estabilidade que ela proporciona. Ou seja para o senhor ela também podia ser proveitosa tanto quanto para os cativos, no sentido de que as expectativas de conflito, recriados pela escravidão, tornavam-se mais modestas¹⁶. Fugas, desobediência e insubordinação foram atitudes que se amenizavam quando um escravo tinha uma família.

Tabela 3
O Escravo e o Tráfico Interno, 1865-1888
Infrações de escravos em Juiz de Fora

Minas gerais		Rio de Janeiro		Nordeste		Sem identificação	
solteiro	casado	solteiro	casado	solteiro	casado	solteiro	casado
19	1	4	0	12	0	2	2

Fonte: LIMA, Fabrício Perotta Portilho.op.cit. 11-10

¹⁴ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. p.98-100.

¹⁵ Id.ibid.p.90.

¹⁶ Id.ibid.

De acordo com a tabela 3, dos quarenta casos de infrações registrados nos processos criminais, apenas 3 eram casados, o que de certa maneira confirma a proposição de Florentino e Góes no que concerne a diminuição dos conflitos inerentes ao cativeiro. Representado para os senhores paz e tranqüilidade nas senzalas, ou, mais precisamente, para os cativos que buscavam voltar para o lar, mesmo sendo este uma extensão do poder do senhor.

No entanto, ao tratar do tema da família escrava deve-se se levar em conta que casar-se, ou unir a alguém, não era algo tão simples. Pois existia um grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres, que acaba por dificultar não só as uniões como também a permanência delas. Isso não quer dizer que por ter uma diferença numérica a promiscuidade reinava nas senzalas. O que se pode problematizar é que talvez as mulheres tivessem mais domínio sobre suas escolhas do que os homens. Slenes aponta que essas mulheres, que até 1850 eram majoritariamente africanas e suas filhas, teriam a tendência de implementar normas africanas de vida familiar nas quais haviam sido socializadas. Por isso não teriam abraçado a poliandria, pois não eram práticas de suas sociedades de origem (SLENES,1999,P.73).

Os escravos estabeleciam uniões consensuais, a igreja apenas formalizava com o casamento, de maneira que ao se deparar com estudos empíricos, que trazem dados quantitativos a respeito dos batismos e matrimônios de escravos, deve-se tomar o cuidado de perceber os dados demográficos retratam apenas as uniões conjugais formadas, em primeira instância, pelos próprios escravos, ou “casamentos de papel”, impostos nos cativos por senhores que procuram incutir a moralidade, controle social e, ao mesmo tempo, encorajar a reprodução natural¹⁷.

A contínua chegada de escravos africanos de diferentes nacionalidades, criava uma fonte interminável de conflitos dentro das senzalas, pois muitos deles eram de regiões rivais na África. Isso não impediu que eles criassem estratégias para lidar com suas rivalidades, tornando-se essencial para a sobrevivência dentro do cativeiro. Uma destas estratégias era a família, seja por parentesco ou alianças, que viram a necessidade de superar os conflitos. Ana Lugão Rios chama a atenção para o período pós 1850, quando o afluxo de escravos africanos chega ao fim. Nestas circunstâncias, o acesso à família escrava foi ampliado, pois as relações entre homens e mulheres se normalizaram para as gerações nascidas no cativeiro. No entanto,

¹⁷ SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.93.

a chegada de estrangeiros seria proveniente, então, do tráfico interno, que não reacendia nenhuma rivalidade ancestral ¹⁸.

De certa forma, em determinados contextos, estas ações e estratégias do escravo eram vistas de maneiras diferentes pelos seus senhores e pela ordem escravista, a qual sofria mudanças, e a escravidão avançava no tempo e nas suas conquistas. Enquanto se manteve constante a oferta de escravos africanos, o custo econômico e social com cativos insubmissos não compensava, por isso, os senhores acabavam por tomar decisões de diminuir a oposição dos escravos no que tange à venda e partilha. Havia uma prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas mesmo antes da determinação legal de 1869. O cenário veio a se agravar em 1850, com o fim do tráfico Atlântico, e o mercado interno se intensificou, as negociações entre pequenos e médios proprietários tornaram-se amplas, a valorização do escravo foi inevitável mudando completamente as práticas dos senhores em relação às famílias escravas¹⁹.

A família ainda podia representar uma variável fundamental quanto à proximidade da família senhorial para o acesso à alforria, de certa maneira era quase uma pré-condição. Isto porque a maioria dos senhores dispunha do código paternalista de domínio escravista, era assim que o poder senhorial transformava em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativeiro. Dessa forma a família escrava também se transformava em concessão senhorial. Para os escravos, a manutenção dessas práticas tornavam-nas direitos, privilégios, gerando transformações dentro do cativeiro para dele se libertar, mesmo sob o arbítrio do senhor²⁰.

Ações escravas e o universo do senhor

Dentro desta perspectiva, pode-se notar que em todos os contextos as manifestações escravas resultavam em alguma contra-ação do senhor. De tal maneira que se tentou nulificar a subjetividade do escravo em todos os sentidos, até mesmo na esfera cultural, teve de aceitar os valores religiosos para que pudessem expressar os seus próprios costumes. A igreja foi o

¹⁸ RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memória de Cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.152.153.

¹⁹ CASTRO, Hebe Maria de Mattos. Laços de família no final da escravidão. In. __. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional.p. 345.

²⁰ Id.ibid,p.354-355.

canal de imposição de valores tanto para transmitir a cultura como para controlar o escravo. Neste espaço de inserção social, os escravos puderam fazer parte do contexto religioso, o principal meio foram as irmandades, nelas muitos foram os casos de conflitos entre negros e brancos pelo controle. Desta forma proporcionavam espaço físico e político para o escravos e livres conviverem²¹.

Ao mesmo tempo os escravos estabeleciam redes de relações e participava de uma ação social, ele acabava por ceder espaço ao universo do branco, pois tinha de aceitar uma religião que não era sua. Ao obter maior proteção e mais direitos que a irmandade lhe proporcionava, o escravo reconhecia implicitamente o sistema que o mantinha em cativeiro. isto porque o processo evangélico também representava um meio de controle político, assim como o batismo e o casamento²².

Embora o escravo tenha se submetido ao controle da igreja ela soube usar desta em benefício próprio, o batismo, por exemplo, foi uma das maneiras que se utilizou para criar formas de parentesco e alianças. De tal maneira que alguns senhores observando que alguns de seus escravos haviam se tornado padrinhos de muitos escravos, começaram a expressar preocupação de estes comessem a criar certa autoridade enquanto figuras fortes, com poder dentro das senzalas²³.

Os escravos utilizaram as irmandades para manter suas e estabelecer redes de solidariedade. As Irmandades do Rosário concentravam seus recursos financeiros para dar ajuda aos seus membros, dando auxílio no caso de doença, em caso de extrema pobreza e também para aqueles que queriam a alforria. Da mesma maneira que prestavam auxílio aos irmãos necessitados, praticavam punição àqueles que arrasavam suas anuidades²⁴.

Conseguir a alforria era o desejo mais forte do escravo, tentaram de varias maneiras consegui-la. Aqueles que não podiam pagar por ela, recorriam aos parentes, senhores ou grupos de caridade. Mas a maioria tentou compra-la, uma pratica se viu bastante favorável foi a participação em associações de poupança, as irmandades negras muitas vezes cumpriam esta função. Na Bahia, os escravos centravam seus esforços em torno de “juntas”, conhecidas também como caixa de empréstimo. Eram realizadas reuniões dos membros para decidir sobre

²¹RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: historiados quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.168-169.

²² Id.ibid.p.170-171.

²³ibid.p.173.

²⁴BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedades em Minas Gerais- séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.p. 110-112.

os negócios. Muitos africanos conseguiram retornar à África por meio de associações, assim como os escravos conseguiam constituir pecúlio para comprar sua liberdade²⁵.

Ao dissertar sobre as ações e lutas dos escravos contra a ordem escravista, nota-se que, apesar de proporem alguma oposição ao sistema, isso era feito de maneiras diferentes, podiam ser pacíficas ou violentas, como o caso das rebeliões, crimes e quilombos. Eram casos em que se colocava temor à população. Desde o início da colonização existe o receio de rebeliões, no início de índios e mais tarde de negros. Em fins do século XVI e início do XVII, quando a escravidão africana no Brasil crescia incessantemente, nas fazendas de preparo do açúcar, ela veio substituindo a mão-de-obra indígena. As insurreições não demoraram a alastrar-se por toda a região, colocando medo nos colonos e religiosos. Esta situação não mudou durante todo o período em que a escravidão, fazendo com as autoridades militares e políticas da coroa agissem constantemente no sentido de minimizar os problemas²⁶.

Um dos mais conhecidos quilombos da história do país foi Palmares, a maior rebelião e manifestação mais emblemática dos escravos. Conseguiu resistir por cerca de cem anos às repressões do estado, promovendo assaltos. Era ainda um meio de influenciar fugas constantes, provocando inquietação da população livre e até na própria monarquia portuguesa, que muitas vezes se via submetida às pressões dos quilombolas, cedendo a negociações com os rebeldes. As inquietações e hesitações começaram ainda no limiar do século XVII, quando começou a se formar a comunidade na serra da Barriga, na Bahia. Por esta época, era um simples e frágil ajuntamento²⁷. Mas com o tempo foi ganhando proporções se tornando muito difícil o controle e o seu desmantelamento.

Márcia Amantino, ao estudar as comunidades quilombolas na região sudeste, averiguou a mobilidade tanto dos quilombos quanto dos seus integrantes entre a população livre. Além disso, tinham estruturas de organização hierárquicas e de relações que permitiram a manutenção e a sobrevivência dos quilombos. De acordo com a autora, existiam estruturas auto-sustentáveis que não dependiam da sociedade escravista para seu abastecimento, sobreviviam enquanto comunidade, realizando trocas comerciais, obtendo os gêneros necessários do cotidiano, além de armas e munição. Mas também existiam estruturas dependentes que não conseguiam gerar condições para o estabelecimento de uma economia

²⁵ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.465-467.

²⁶ VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e idéias jesuítas. In.: __. REIS e GOMES.p.63-65.

²⁷ Id.ibid.

autônoma. Neste caso imprimiam o terror na população realizando assaltos, violência e saques nas vilas e fazendas próximas.²⁸

Para impedir novas fugas e conflitos no cativeiro, os senhores procuravam manter posição firme, mas dispostos abrir-se às negociações. Esta postura senhorial era defendida por muitos clérigos, como o jesuíta italiano Jorge Benci, que redigiu um receituário bem sistemático pra os senhores. De acordo com o padre, o tratamento dispensado aos escravos deveria ser à moda cristã. O que Benci pretendia era propor um modelo, normas regras de conduta, pela quais os senhores deviam governar pra que seus escravos pudessem satisfazer ao senhor, e juntos fazerem um trabalho cristão. Mas para isso os senhores teriam de governar a si mesmo, à luz dos preceitos divinos do catolicismo, para serem dignos de sua condição senhorial²⁹.

Estas proposições mostram que a atitude paternalista dos senhores estava de acordo com um projeto colonial, que pressupunha também o trabalho religioso. Pois de acordo com Benci os senhores deveriam dar aos seus escravos o pão, este entendido como alimento material e espiritual, inclusive os sacramentos. O castigo deveria ser aplicado moderadamente para que pudesse conseguir obediência e temessem o senhor como se teme a Deus. O trabalho era essencial pra que não se vissem largados ao ócio, lançado-se aos desmandos e desonestidades tanto sexuais quanto religiosas, coisas que segundo o padre, era constante nas senzalas³⁰.

Um dos exemplos mais conhecidos da historiografia no que tange a uma figura de um bom senhor, enquanto paternalista e aberto à negociação com o escravo é o barão de Paty do Alferes. O que deixou registrado o aconselhamento de como tratar e lidar com os escravos, observou que deveria zelar pela higiene e alimentação dos escravos, que era de interesse dos escravos, além de impedir doenças e prejuízo ao senhor. Prescrevia que não se retirasse os domingos e dia santos dos escravos e ainda que reservassem uma porção de terra para que os escravos pudessem plantar suas roças, isso podia distraí-los um pouco da escravidão, dando a eles o pequeno direito de propriedade. Até as pretas gestantes deviam ser empregadas em serviços mais leves³¹.

Diante do exposto sobre o barão é necessário refletir sobre o posicionamento do senhor em relação ao escravo e das ações deste. Como se pode notar durante este trabalho, as manifestações dos escravos no sentido de opor-se ou de sobreviver um pouco melhor a

²⁸ AMANTINO, Márcia Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX. 237.

²⁹ Id.ibid.p.72-73.

³⁰ Ibid.p.74-75.

³¹ RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe.op.cit.181.

escravidão, sempre foram transformadas pelos senhores em concessões senhoriais. No entanto, usado o sistema de dominação senhorial, muitos escravos conseguiram chegar a liberdade, o significado desta era tão expressivo que podia representar uma vida inteira de trabalho para conseguir compra-la.

Suas ações ganharam bastante força no avançar da segunda metade do século XIX, período no qual as notícias de escravos não constituíam fato novo, pois desde os tempos coloniais que muitos municípios sofriam com constantes ameaças de levantes. No entanto, no período em questão, ocorreram transformações na sociedade, devidas ao processo de urbanização e o desenvolvimento de uma camada burguesa que apresentava uma mentalidade diversa. Ao lado deste grupo, existia a camada de profissionais liberais como professores, advogados. Jornalistas e médicos, além de pequenos empresários e imigrantes, e todos aqueles pertencentes às camadas senhoriais que renunciavam ao trabalho escravo, a medida que o julgava insuficiente e se desarticulava o sistema escravista³².

Desta forma, a atividade abolicionista e a evolução da opinião pública, davam aos cativos maior segurança para se manifestar. De maneira que buscavam denunciar os maus tratos, os desmandos de senhores sádicos, uma vez que sabiam que encontrariam proteção e acolhida. Os escravos passaram a protestar e recorriam às autoridades, individualmente ou em grupo. a propaganda abolicionista e as perspectivas de liberdade tornavam o cativeiro mais difícil de agüentar. As autoridades promulgaram leis de emancipação e alforrias muito problemáticas, pois muitas vezes consistia no desmantelamento de famílias, contradizendo a leis como a de 1871, a qual concedia preferência de liberdade a escravos pertencentes à mesma família³³.

De certa maneira as manifestações escravas ganharam maior relevância com o advento do movimento abolicionista, uma vez que se tinha o apoio da opinião pública e de setores da própria camada senhorial. A tensão permanente entre senhores e escravos, foi crescendo, transferindo-se para a elite, entre abolicionistas e escravistas. No entanto, não se deve perder de vista que as ações em período anterior foram tão importantes quanto as tuteladas pelos abolicionistas, mesmo que estas tenham sofrido restrições jurídicas e senhoriais, conseguiram, de alguma forma, fazer com os escravos pudessem viver suas vidas, na medida do possível, um pouco melhor.

³²COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.285-295.

³³Id.ibid.p.283,297.

Conclusão

Durante os anos que se seguiram à década de 1980 a historiografia muito avançou na reconstrução da história da escravidão. Muitas foram as contribuições de pesquisadores que se mostraram inovadores em diversos temas, pois conseguiram se lançar ao estudo de fontes até então desconhecidas. O olhar sobre o escravo mudou, e isso fez com os historiadores conseguissem ver coisas obscurecidas pela produção clássica. A mudança de foco na pesquisa trouxe a tona um ator social, que agia conforme lhe era possível e permitido até chegar a emancipação. A notícia do “treze de maio” foi algo espantoso para alguns e esperado para outros, principalmente para aqueles que viviam em cativeiro.

As formas pelas quais se lutou para melhorar suas vidas e conseguir se libertar do cativeiro foram muitas, algumas conscientes de seus propósitos outras no sentido apenas de estabelecerem enquanto seres humanos. Pois durante a vida no cativeiro, o escravo tecia estratégias de se adaptar e melhor viver sua vida, como a formação de laços parentais, e muitas vezes não tinham o intuito de enfrentar o senhor. Outras como os quilombos eram ações pensadas conscientemente para conseguir libertar-se e fugir do sistema que o mantinha escravizado.

A nova historiografia também procurou perceber o significado da liberdade e as recordações do tempo da escravidão. A dramática passagem da escravidão para o trabalho livre e, mesmo aquele que conseguiram a liberdade antes da Lei Áurea, através de alforrias era problemático tanto para o liberto quanto para a sociedade.

Hebe Mattos de Castro em estudo para o século XIX, buscou os significados da liberdade no sudeste escravista. Neste faz ressalva sobre a contínua produção de homens livres despossuídos, na sociedade escravista, colocava problemas sociais e econômicos com relação à funcionalidade da ordem. “Uma sociedade construída sobre a escravidão necessariamente conferia significados específicos à noção de liberdade que orientava as ações daqueles indivíduos desenraizados e despossuídos” (CASTRO. 1995).

Na segunda metade do século XIX, o trânsito de livres com escravos era constante, inclusive trabalhando lado a lado, o que acabava por fornecer aos cativos a vivência de aprender a ser livre e ao mesmo tempo se mostrava como alternativa em caso de fuga. O contato constante com livres formava laços de amizade necessários aos cativos para sua

proteção e sobrevivência³⁴. Muitas foram as fugas, ações de liberdade e tentativas de conseguir a liberdade, as quais necessitavam de apoio e ajuda de uma rede de relações e amizade para que os resultados pudessem ser alcançados.

Era assim a sociedade brasileira no período colonial e também no imperial, com notória hierarquia social naturalizada entre os setores, o que não impediu a mobilidade social do escravo. Várias são as maneiras de os cativos alcançarem o mundo dos livres, mas os estigmas da escravidão nunca deixaram de existir. De certa forma, persistiram durante a ordem escravista e se estenderam para a república, sempre com desconfiança sobre tudo que emanava do negro.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **A população escrava em Minas Gerais**. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, jan./ jun. 1999

AMANTINO, Márcia. Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX

BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário**: devoção e solidariedades em Minas Gerais- séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. Laços de família no final da escravidão. In.. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro- 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Fabrício Perotta Portilho. **Criminalidade escrava**: um estudo dos homicídios seguidos de fugas, Juiz de Fora (1865-1888). Monografia de bacharelado. Juiz de Fora, ICHL, Departamento de História, UFJF, 2003

MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³⁴ CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio**: historiados quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memória de Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.152.153.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru:EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e idéias jesuítas. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio**: historiados quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.